



A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO ATENDIMENTO DA DEMANDADA EDUCAÇÃO ESPECIAL

THE INFLUENCE OF CONTINUOUS TRAINING IN THE ATTENDANCE OF REQUIRED SPECIAL EDUCATION

Eduardo Martins¹

RESUMO: Este projeto tem o propósito de apresentar como a formação continuada pode fazer diferença no atendimento da demandada Educação Especial na perspectiva inclusiva. Para tanto, foi necessário identificar quais os aportes legais, teóricos e metodológicos necessários para os profissionais que desejam trabalhar na área; apontar quais cursos de formação e estratégias pedagógicas são necessárias para um atendimento dessa demanda; e problematizar a necessidade da formação docente condizentes com a área de Educação Especial inclusiva. Ficou perceptível que a Educação Especial exige não só um esforço a mais como também à vontade para procurar sempre por se aperfeiçoar, mas esse é um papel fundamental para o professor independente da área ou vertente que ele decida seguir, então não é preciso ver essa formação continuada como uma obrigação ou requisito para seguir com o seu trabalho, e sim como um benefício para agregar no seu conhecimento e prática. Então é preciso sim dar continuidade aos estudos e seguir em frente com sua formação para se obter resultados bons e, por muitas vezes, melhor que o esperado, trazendo um futuro não só de inclusão, mas de melhorias para esses educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Educação Especial. Prática.

ABSTRACT: This project aims to show how continuing education can make a difference in meeting the demand for Special Education in an inclusive perspective. Therefore, it was necessary to identify the legal, theoretical and methodological contributions necessary for professionals who wish to work in the area; point out which training courses and pedagogical strategies are necessary to meet this demand; and problematize the need for teacher training consistent with the area of inclusive Special Education. It was noticeable that Special Education requires not only an extra effort but also the willingness to always seek to improve, but this is a fundamental role for the teacher regardless of the area or strand he decides to follow, so it is not necessary to see this training continued as an obligation or requirement to continue with their work, but as a benefit to add to their knowledge and practice. So, yes, it is necessary to continue with the studies and continue with their training in order to have good results and, many times, better than expected, bringing a future not only of inclusion, but of improvements for these students.

KEYWORDS: Training. Special education. Practice.

¹ Acadêmico/a do curso de Pedagogia - Centro Universitário Municipal São José/SC. E-mail: contatoedumartins1@gmail.com

Revista Gepesvida

1- INTRODUÇÃO

Este projeto tem o propósito de apresentar como a formação continuada pode fazer diferença no atendimento da demandada Educação Especial na perspectiva inclusiva. Para tanto, foi necessário identificar quais os aportes legais, teóricos e metodológicos necessários para os profissionais que desejam trabalhar na área; apontar quais cursos de formação e estratégias pedagógicas são necessárias para um atendimento dessa demanda; e problematizar a necessidade da formação docente condizentes com a área de Educação Especial inclusiva.

Para a realização desta pesquisa utilizamos como base para a pesquisa os profissionais da Rede Regular de Ensino (RRE) e de profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ambos em caráter de atendimento público municipal. Compreendemos que as professoras da RRE necessitam constituir suas docências a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a fim de problematizarem os efeitos da exclusão materializada historicamente nas escolas.

Como inspiração para a pesquisa temos como premissa a formação de pedagogia e suas possíveis articulações com as políticas públicas de inclusão e de como essa perspectiva atinge, ou não, as necessidades tanto do professor como estudante da educação especial. Sabemos que esse profissional sente que seu trabalho é exercido de maneira significativa para o aprendizado ou melhora na qualidade de vida dos estudantes da educação especial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, no Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, na Resolução nº4, de 02 de outubro de 2009 e no Parecer CNE/CEB nº13, de 03 de junho de 2009; organizam-se pelos cursos de aperfeiçoamento/extensão ou especialização, ofertados pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, pelas salas de recursos multifuncionais e pelos demais espaços-tempos das escolas ditas inclusivas.

Esse panorama nos faz pensar de maneira mais clara quanto a questões como essas vamos recorrer a autores como Vygostsky (1996) que afirmam do ensino dos estudantes por meio das vivências e experiências significativas e contextualizadas

Revista Gepesvida

juntamente com os professores mediadores conseguem ampliar o aprendizado. Resgatamos também de diferentes pensadores e pesquisadores da área que realizaram análises de diferentes formas para saber como acontece o trabalho pedagógico por parte desses profissionais dentre eles destacamos.

Para que a inclusão realmente aconteça não é necessário pensar apenas no espaço, ambiente, adaptações físicas e de atividades, mas pensar também na formação do profissional que realizará o atendimento e como será sua prática pedagógica adotada. Desses eixos norteadores emergem um profissional que realmente vai fazer um atendimento que consiga aprimorar as habilidades desse estudante atingindo todas suas especificidades e potencialidades e como consequência a diferença em sua vida, fazendo-o enxergar que está realmente sendo acolhido e incluso nesse ambiente escolar.

Exigir uma formação além do que a faculdade nos permite ter um pensamento exagerado e pensar que essa formação é insuficiente seria injusto, se considerarmos todas as possíveis áreas e vertentes que a formação pedagógica nos permite trabalhar, é possível dizer que a formação tenta ser o mais completa possível, mas trabalhar na educação especial exige que esse professor se especialize na área para realizar um trabalho realmente eficiente a menos que a instituição proporcione profissionais de diferentes áreas para a realização de atendimentos multidisciplinares, porém é preciso considerar as condições em que as escolas e instituições trabalham e suas limitações de recursos.

Quando falamos da formação de professores que trabalham na educação especial precisamos pensar primeiro na formação básica em pedagogia e magistério, se esses profissionais possuíram ou não em sua formação as informações necessárias para trabalhar e saber lidar com estudante que possuem diferentes tipos de deficiências e, assim, diferentes tipos de necessidades. No trabalho em escolas da RRE é possível encontrar professores o suficiente com especializações voltadas a essa área? Será que não seria viável ao setor público e privado disporem de especializações para que esses profissionais possam realizar um atendimento significativo? Esses profissionais se sentem preparados para atuar na área independente de suas formações? São essas perguntas que pretendo responder para chegar a um resultado quanto a se esse atendimento tem sido realizado de maneira eficaz tanto na visão dos profissionais da

Revista Gepesvida

área quanto na visão de famílias e educandos presentes na educação especial.

Cada vez mais o movimento de inclusão vem crescendo no Brasil, e com isso a sua visibilidade e o “repensar” quanto à adaptação e necessidades dos sujeitos inseridos nesse mundo, com isso estamos cada vez mais descobrindo diferentes tipos de deficiências e diferentes métodos para se trabalhar com cada especificidade. Tendo esse ponto de vista é inegável que com o tempo a formação vai se tornando obsoleta e com isso se torna cada vez mais visível a necessidade de se manter atualizado frente às novas descobertas e pesquisas, então a formação continuada deixa de ser um diferencial para se tornar uma necessidade ou talvez até mesmo uma obrigação para profissionais que pretendem seguir e se manter nesta área.

Com essa pesquisa procuro expor a necessidade que o profissional da educação especial tem de ter uma formação que qualifique ele apropriadamente para poder lidar com estudantes que possuem necessidades diferentes do habitual. Com a formação básica em pedagogia o professor não consegue ter a habilidade suficiente para lidar com estudantes deficientes auditivos por meio da Libras ou conhecimento para entender como trabalhar com diferentes tipos de deficiências intelectuais e/ou físicas.

É preciso entender o que falta a esses profissionais para que a formação possa se tornar mais completa e digna para se realizar um trabalho com real qualidade e trazer benefícios aos estudantes. Um motivo para que estudantes se sintam excluídos do mundo e sociedade é a falta de compreensão que as pessoas têm sobre seu estado e condição, impondo limites e possibilidades sem ao menos conhecer o que esse sujeito é capaz de realizar, seja sozinho ou com apoio. Para que ele possa realmente se sentir incluído é preciso se disseminar o conhecimento sobre distintas possibilidades de deficiências junto a adaptações para trazer um bem estar e possibilitar experiências semelhantes ao que beira o “comum”. Desse cenário, compreendemos a centralidade da formação dos professores para atuarem no AEE e nas classes comuns da RRE na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e para isso temos como base as pesquisas e as publicações acadêmicas ou legais que demandam às melhoras nas intervenções das professoras com formação na área específica como a Educação Especial.

Diante desse cenário temos como problemática de pesquisa a seguinte questão:

Revista Gepesvida

Como a formação continuada pode contribuir no atendimento da educação especial?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para realizar a fundamentação teórica inicialmente efetuamos uma revisão sistemática de literatura para identificar e analisar as teses do Banco da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>) para o conceito de Formação do professor na educação especial. A pesquisa foi feita a partir de 2016 a 2018.

Ao pesquisar o tema, emergiram 1.194.073 teses. Ao fazer o filtro de data, alcançou-se 65.842. Dessas optou-se pela área da educação, ficando então 3.602 teses em que foi lido o resumo para ver a aproximação com o tema desse projeto. O que totalizou em 5 teses.

A vantagem dessa revisão sistemática é a disposição de forma explícita, de todos os estudos realizados a partir de 2016.

Autor	Título	Ano	Área do doutorado	Instituição
VALDIRENE STIEGLER SIMAO	Experiências de formação docente na educação especial: significações e ressignificações	2017	Educação	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
ROSE MARY FRAGA PEREIRA	Conhecimentos e concepções de professores acerca do processo de alfabetização da criança com deficiência intelectual	2018	Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DENISE RODOVALHO SCUSSEL TELES	As inter-relações do trabalho pedagógico e a deficiência intelectual	2018	Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ELIS MILENA VEIGA MOREIRA DE AZEVEDO	A inclusão e a educação infantil: uma proposta que se materializa?	2017	Educação	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
MARCELO OLIVEIRA DA SILVA	Educação inclusiva: um estudo de caso em uma escola de educação infantil de porto alegre	2016	Educação	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

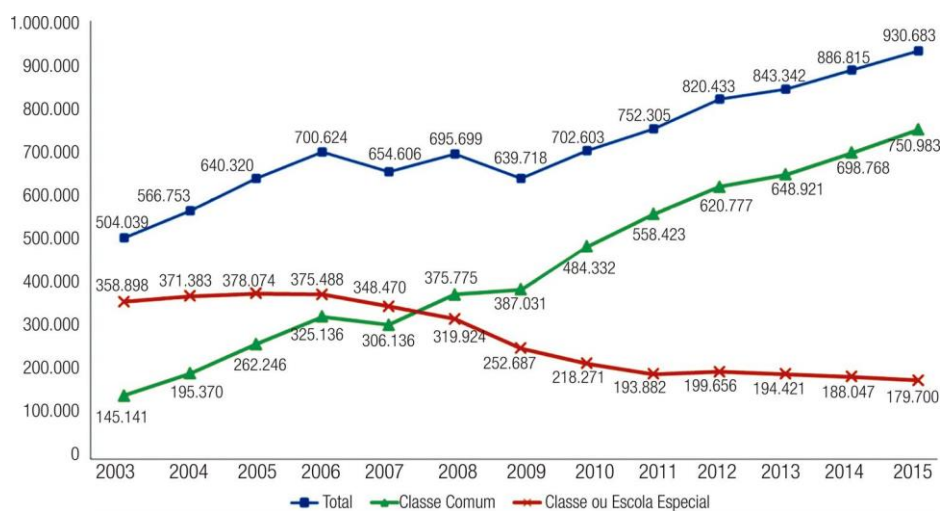
Quadro 1: Seleção final do descritor “Formação do professor na educação especial”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Antes de iniciamos a revisão sistemática de literatura propriamente dita, é

Revista Gepesvida

fundamental compreendermos o recorte utilizado nessa revisão que diz respeito a um momento de intensificação os direitos e as diretrizes que vinculam a ampliação da escolarização dos estudantes com deficiência na RRE. Após 2014 com o Plano Nacional de Educação identificamos muitas orientações ganharam organicidade nas ações de inclusão. Essa intensificação teve efeitos perceptíveis, com o aumento das matrículas dos estudantes com deficiência na RRE. Esses estudantes eram 145.141, em 2003, e somavam 750.983, em 2015, segundo dados do Censo Escolar do Inep, conforme o gráfico a seguir:



Fonte: dados do Censo Escolar (BRASIL, 2016).

Gráfico 1 – Matrículas de estudantes público-alvo da educação especial na educação básica

Para Rebelo e Kassar (2018, p. 291) essa realidade aumentou “em todas as regiões no período de 2007 a 2014”. Esses índices continuam a mostrar crescimento de matrículas nos anos seguintes conforme o Censo Escolar do INEP de 2017 (BRASIL, 2017). Desses índices há um predomínio da escolarização em escolas municipais (quase 50% do total de matrículas). Para Baptista (2019, p. 11):

Podemos, assim, identificar efeitos de uma política educacional que manteve o foco na universalização da educação no país, o que deve ser reconhecido como um aspecto promissor. Entretanto, é importante que sejam analisadas as condições de escolarização, contemplando dimensões como a participação, os apoios e o desempenho escolar.

Esse cenário demanda pensarmos na formação dos professores. Para isso dialogamos com a tese de Valdirene Stiegler Simão (2018), intitulada “**Experiências de formação docente na educação especial: significações e ressignificações**”

Revista Gepesvida

fundamenta a necessidade da formação continuada para educadores na área da educação especial, focando naqueles que realizam o atendimento educacional especializado (AEE). Essa ideia vem ao encontro de Silva (2014, p. 9) afirma que:

[...] apreender que a formação inicial foi considerada deficitária e insuficiente; a política de formação a distância, implementada pelo governo federal, não tem garantido o acesso dos professores às instituições públicas de ensino superior. Com a desvalorização da profissão, há uma descaracterização da identidade dos professores da educação especial em virtude dos diversos papéis que os professores vêm assumindo na escola.

Pensando nessa necessidade e importância da formação continuada para professores que pretendem ingressar na educação especial é possível perceber na necessidade também de uma formação mais “completa” daqueles que estarão no ensino regular, para que saibam como lidar e como reagir perante a diversidade de situações possíveis dentro da educação inclusiva.

Nesse sentido, a tese de Rose Mary Fraga Pereira (2018), intitulada **“Conhecimentos e concepções de professores acerca do processo de alfabetização da criança com deficiência intelectual”** nos mostra como acontece o processo de alfabetização de crianças que possuem deficiência intelectual, e expor as dificuldades e anseios dos profissionais que trabalham nessa área perante sua formação “insuficiente” na pedagogia e/ou magistério. De forma complementar Mendes (2006, p. 9) afirma que:

[...] uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominada inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual, todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças (MENDES, 2006, p. 9).

Mantendo o pensamento de que a inclusão é um direito de todo sujeito, é possível reforçar o pensamento de que o professor precisa de um melhor desenvolvimento de habilidades para se trabalhar com o estudante que possui deficiência intelectual ou física, sendo assim é visível a insuficiência que a formação básica em pedagogia nos garante para trabalhar de maneira efetiva com estes estudantes, não conseguindo se atingir a total potencialidade deles.

Ampliando essa perspectiva temos a tese de Denise Rodvalho Scussel Teles (2018), intitulada **“As inter-relações do trabalho pedagógico e a deficiência intelectual”** que apresenta como ocorre a prática de ensino para estudantes que possuem

Revista Gepesvida

deficiência intelectual, deixando claro como o professor atua e de quais métodos pedagógicos ele faz uso, podendo verificar que tipo de base à formação pode dar a esses profissionais que atuam na área para poder recepcionar esses estudantes da melhor maneira possível. Mantoan (2007, p. 49) afirma que:

[...] a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas, tecnologias que concorram para diminuir/eliminar as barreiras que se interpõem aos processos de ensino e de aprendizagem.

Para que um bom atendimento pedagógico seja feito com esses estudantes e eles possam se sentir devidamente acolhidos é preciso que a escola tenha as ferramentas necessárias, mas também, que o professor esteja preparado para recepcionar esse estudante com práticas pedagógicas de acordo com a necessidade deste. E, isso deve ocorrer desde a educação infantil como nos apresenta a tese de Elis Milena Veiga Moreira de Azevedo (2017), intitulada “**A inclusão e a educação infantil: Uma proposta que se materializa?**” que busca evidenciar como acontece a inclusão na educação infantil, analisando o espaço que as escolas possuem, se são adaptados e pensados nestes estudantes, e dando atenção também a formação deste professor que vai trabalhar com o estudante deficiente em sala. A autora se baseia em Vygostky e sua visão de uma educação baseada nas experiências vividas por esse estudante, tornando importante o espaço e adaptações na prática pedagógica. Garcia (2013, p. 102) afirma que:

A preocupação com o atendimento aos 'educandos especiais' nas escolas regulares e nas instituições especializadas revela que a proposta de escola inclusiva no período se aproximava de uma compreensão de inclusão processual, desenvolvida em diferentes espaços físicos e institucionais. Ao mesmo tempo, registra-se a atenção dedicada ao preparo/ formação dos profissionais, já anunciando a importância que a formação em serviço ganhou ao longo da década no país.

A inclusão não depende apenas da formação desse professor que realizará o atendimento pedagógico, e sim de um conjunto de fatores para dar conforto e atender as necessidades deste estudante, como pensar em um ambiente adaptado, trabalhos interdisciplinares e afins. Mas, a formação toma um papel importante quanto a pensarmos em como o professor mediará todas essas ferramentas e, também, ao saber escolher qual melhor método de ensino sem excluir esse estudante.

Outra tese que enfatiza a questão da inclusão iniciar na educação infantil é a de

Revista Gepesvida

Marcelo Oliveira da Silva (2016), intitulada “**Educação inclusiva: Um estudo de caso em uma escola de educação infantil de Porto Alegre**” que nos mostra o cotidiano de uma estudante de educação infantil que possui deficiência intelectual, apontando quais aspectos a escola consegue de maneira positiva agir com esse estudante e quais os seus diferenciais para proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva para esse estudante, desde os espaços adaptados e pensados nesse estudante quanto a formação e metodologia dos professores e demais profissionais da instituição. Garcia (1999, p. 26) afirma que:

A formação de professores é a área de conhecimentos, de investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores — em formação ou em exercício — se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem.

Chegou o momento de não só as instituições de ensino superior pensar na formação dos profissionais, mas também, em as escolas e instituições pensarem na formação de seu empregado, deixando-o apto a receber e trabalhar com um estudante que possui tanto uma deficiência intelectual quanto física, com esse tipo de trabalho e desenvolvimento é possível afetar até o ambiente físico, ampliando o olhar que esse profissional vai ter para a adaptação de materiais e ambientes dentro da escola.

Quando falamos de educação inclusiva não pensamos apenas na sala de aula comum, mas em outros tipos de serviços que auxiliam para que esse trabalho seja possível. Dentro de sala possuímos o apoio do segundo professor, mas também temos o auxílio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que dá suporte ao estudante com diferentes recursos, e também as instituições especializadas, que fazem serviços de atendimento especializado em instituições próprias para isso.

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) tem a função de dar apoio ao ensino no contra turno escolar, adaptando recursos e identificando formas de tornar o ensino e a prática pedagógica o mais acessível possível para o estudante. Muitos falam do AEE como uma espécie de “aula de reforço”, porém esse atendimento é muito mais complexo do que isso, pois ele não trabalha com conteúdos e matérias do ensino regular, mas sim com os recursos que esse estudante fará uso para efetivamente poder

Revista Gepesvida

compreender e entender aquilo que o professor quer passar a ele.

Quando falamos do público alvo do atendimento do AEE entendemos melhor ainda que não se trata de um simples reforço escolar, o atendimento é focado em estudantes que possuem desde deficiências físicas e intelectuais como também que possuem altas habilidades e superdotação. Enquanto com os estudantes com deficiência, os professores tentam adaptar as atividades e recursos pedagógicos para que os alunos possam ter o mesmo tipo de experiências que os demais, os professores que fazem atendimentos com estudantes com altas habilidades tem o objetivo de tornar o ensino mais atrativo a esses educandos e tentam explorar de maneira mais assertiva e proveitosa seus talentos específicos.

Com o AEE temos uma oportunidade maior de trazer a inclusão a estudantes que esperam por isso há tempos ou que já perderam suas esperanças, marginalizados as vezes por medo ou receio dos professores, ou simplesmente pela falta de políticas públicas que lhe deem o apoio necessário para ter acesso a educação como teoricamente é “garantido” a todos. O objetivo desse tipo de atendimento é não só tornar efetivo o ensino e acessível à todos, como também eliminar ou reduzir quaisquer tipos de barreiras que possam existir e impedir que alguém que tenha interesse de estudar o possa fazer.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (BRASIL, 2020) o conceito de “atendimento educacional especializado” foi redefinido por meio do uso das letras maiúsculas (AEE), limitando-o aos atendimentos nas salas de recursos com hora marcada, quando a abrangência do preceito constitucional é muito maior, pois perpassa todos os processos que acontecem enquanto os estudantes estiverem na escola – não apenas no contra turno. O professor do atendimento educacional especializado deve ser o gestor e o planejador de todos os processos interventivos necessários para ampliar, ao estudante do público-alvo da educação especial, as possibilidades de acesso ao currículo, incluindo os processos e as intervenções que ocorram na sala de recursos, na sala de aula ou em qualquer outro espaço da escola.

O segundo professor tem a responsabilidade de auxiliar o professor regente a conseguir atingir todos os estudantes com o conteúdo programado, se antecipando ao

Revista Gepesvida

planejamento do regente para poder adaptar formas de alcançar o estudante com deficiência e fazê-lo se sentir parte da turma. Além de adaptar a aula para o estudante com deficiência o segundo professor também acaba por trabalhar em parceria com o professor regente quanto aos demais estudantes, algo importante para que o estudante alvo do atendimento não se sinta como um diferente dos demais da sala. Este segundo professor preferencialmente precisa ter uma formação ou especialização em Educação Especial, mas com a escassez de profissionais habilitados na área é possível ver muitos profissionais trabalhando na área tendo a formação em pedagogia e cursos voltados à área.

Se falarmos de inclusão, faz-se necessário falar especificamente da inclusão feita de maneira efetiva, em que o deficiente se sente fazendo parte realmente da sociedade. Mesmo que seja tentado colocar em prática a inclusão com as melhores das intenções, muitos ao fazer isso acabam por excluindo ainda mais esses estudantes e impossibilitando eles de se sentam parte da sociedade. Para que esse resultado possa ser alcançado é preciso mais do que nunca falar mais sobre o assunto e dar visibilidade a esse movimento, para que a procura se torne cada vez maior e com isso serviços de qualidade possam ser oferecidos para essas pessoas.

Além de considerarmos a procura como um incentivo para melhorar cada vez mais o atendimento a essas pessoas em termos de adaptações e acessibilidade, também precisamos pensar na pessoa que fará esse atendimento. O professor que estiver encarregado desse estudante precisa ter seus conhecimentos acerca das deficiências dele apurado, sempre pensando como é o mundo para aquele estudante, um modo de esse professor ter o conhecimento necessário para prestar um atendimento de qualidade é por meio da formação básica em pedagogia ou, preferencialmente, uma especialização na área de educação especial, mas é preciso considerar se esse conhecimento que o professor possui pode ou não ser colocado em prática, e se seus métodos condizem com a realidade do estudante em questão considerando suas inúmeras adversidades. Para que cada vez mais então esse tema seja considerado como primordial para a formação do docente é preciso que esse tipo de questão seja colocado constantemente em pauta, dessa forma os cursos vão ter a tendência de melhorar e se manterem atualizados para qualquer tipo de necessidade especial.

Revista Gepesvida

Barreiras precisam ser quebradas e superadas, mas isso não pode fazer com que essas barreiras sejam vistas de maneira menos grave como um símbolo de superação, barreiras precisam ser superadas, mas se essas barreiras não existirem a energia que esse sujeito usaria para superá-las pode ser usado para desenvolver diferentes tipos de habilidades e, também, tornar o mundo um lugar mais receptivo para essas pessoas.

É preciso então, incluir para ter visibilidade e, assim, melhorar a qualidade da formação básica como também os cursos de especialização, gerando profissionais mais aptos e preparados para trabalhar com esse público alvo, e também com a confiança de conseguir realizar um trabalho que será a diferença na vida e desenvolvimentos destes estudantes.

3. METODOLOGIA

Como base metodológica esse estudo contou com pesquisas bibliográficas além de qualitativa por diagnóstico de natureza básica, tentando trazer à tona a verdadeira situação daqueles envolvidos com educação especial, pensando em professores e estudantes como também considerando suas diferentes realidades e peculiaridades. Tendo esses sujeitos como objetos da pesquisa serão considerados suas opiniões como também sentimentos quanto a sua realidade e relação com seus pares. Para uma pesquisa mais focada neste nicho, foram feitas perguntas para professores que convivem no seu dia a dia com a educação especial e gestores que estão envolvidos com este tipo de serviço.

O foco do questionário é descobrir se estes profissionais conseguem se sentir amparados quanto a sua formação, verificar se estes se sentem seguros para realizar um bom atendimento, e conseqüentemente analisar se o estudante que está em sala tem a base necessária para conseguir ter acesso a uma educação de qualidade.

Ao longo da pesquisa, o questionário foi respondido por oito profissionais da rede de Santa Catarina e São José, questionário este com oito perguntas abertas, dando uma abrangente possibilidade de análise. Segundo Gil (2007, p. 17), podemos pensar em pesquisa como:

Revista Gepesvida

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Sendo assim pretendemos responder a principal problemática do artigo, que é se os professores se sentem seguros para trabalhar na Educação Especial com sua formação em pedagogia. Para responder essa questão foi pensado em diferentes tipos de perguntas, tomando o cuidado de as mesmas oferecerem possibilidades de respostas mais propícias a uma análise e discussão.

4 ANÁLISE DE DADOS

Para conseguirmos entender melhor sobre a formação dos profissionais que atuam na área da educação especial e como acontece a prática, foram elaboradas oito perguntas com objetivo de entender o tempo que esse atua na área, sua formação e suas impressões acerca de como é dada uma base sólida, ou não, para se trabalhar neste âmbito.

As perguntas foram feitas para sete diferentes profissionais que atuam específica e diretamente com a educação especial, trabalhando no setor público com estudantes que possuem deficiências tanto físicas quanto intelectuais de diferentes níveis e funcionalidades. Estes profissionais podem nos dar uma noção não só de suas opiniões quanto de como anda a atenção voltada a esse público alvo, mas também a como o curso de pedagogia pode dar suporte para o atendimento com este público, pois “[...] a simples inserção de disciplinas e/ou conteúdos específicos não atribui à formação docente uma perspectiva orgânica acerca da educação dos sujeitos da educação especial, quer seja no curso de pedagogia ou nas demais licenciaturas” (GARCIA, 2013, p.103).

A maioria dos entrevistados trabalha na área aproximadamente de 6 a 8 anos, tendo apenas um deles que trabalha a 2 anos. Nisso conseguimos perceber que muitos que escolhem a área de educação especial acabam por permanecer nesta mesma área, se aperfeiçoando por meio de cursos seja por necessidade ou por requisito para atuar no ramo com um melhor desempenho e maior propriedade em suas práticas. Isso porque “[...] algumas questões referentes à educação inclusiva de estudantes com deficiência e

Revista Gepesvida

à formação de professores (as) permitem identificar os desafios à prática docente inclusiva na escola [...]” (COSTA, 2015a, p. 151).

Mesmo que os entrevistados estejam inseridos no meio da educação especial por muito tempo, vemos que muitos acabam por buscar melhor qualificação por si só, mas que a maioria por fim acaba por realizar cursos e especializações oferecidas e incentivadas pela própria instituição, mostrando a necessidade de não só uma qualificação mais eficiente ou adequada na graduação, mas também um incentivo para que esse profissional venha a se atualizar e a fazer uma espécie de “atualização” para obter um melhor desempenho em sua prática. Isso fica evidente em pesquisas que apontam que a formação de professores de áreas específicas para a educação inclusiva, não contempla discussões ou trazem apenas disciplinas isoladas sobre a Educação Inclusiva, apresentadas de maneira aligeirada e reducionista (BUENO; MARIN, 2011; FIORINI; MANZINI, 2014).

Quando se fala de um apoio feito por alguém especializado se torna delicado julgar quem seria o mais apto a dar esse tipo de suporte e o que torna esse alguém realmente especializado na área, visto que o âmbito da educação especial trabalha com diferentes tipos de áreas de estudo. Porém o suporte acontece da mesma forma, seja por um profissional da área da pedagogia, psicologia, saúde e/ou de uma vertente especializada em específicas deficiências, sendo por meio de orientações para melhorar o atendimento e a performance do estudante, ou no atendimento/aula especificamente. Isso nos leva a pensar que a orientação da política educacional para essa área revela “uma tendência de configuração da educação especial no campo terapêutico (preventiva/corretiva) e não no pedagógico, mais especificamente escolar” (MAZZOTTA, 2011, p.79).

De acordo com as respostas da pesquisa, percebemos que a pedagogia em pouco agrega na prática quando falamos de educação especial, sendo mais importantes cursos e graduações mais voltadas a áreas e necessidades específicas dos estudantes, sendo a pedagogia uma graduação que agrega em muito na teoria mas em pouco na prática e real experiência na sala de aula.

Faz-se necessário salientar que a formação do professor em educação especial por intermédio da habilitação no curso de Pedagogia engendrou-se dentro de um contexto social e político de discussão do próprio curso de Pedagogia, que ora tinha como objetivo formar os denominados técnicos ou

Revista Gepesvida

especialistas em educação, ora o professor para o ensino fundamental. (FRANÇA, 2016, p.25)

É claro que se formos justos, a pedagogia não teria como agregar “total” conhecimento sobre os inúmeros tipos de deficiências e especificidades dos estudantes, mas mesmo assim vemos que na prática a graduação ainda deixa um pouco de lado as formas como lidar e se adaptar aos diferentes tipos de necessidades desses, dando suporte para que o professor consiga realizar um trabalho de qualidade que consiga alcançar no mínimo as necessidades básicas que o estudante necessita. Por isso, defendemos:

[...] a importância da formação para os professores, ou seja, espaços/tempos de reflexão crítica e coletiva para a instituição de práticas educativas mais inclusivas nas escolas, a partir de um processo que não dissocie teoria e prática; que estabeleça a partir de parcerias entre instituições de ensino superior e as escolas, da articulação entre formação inicial e continuada; em que professores se tornem atores/autores do seu processo de formação; e de processos de formação que estejam voltados para uma análise ampla e crítica da sociedade, das necessidades da escola e dos sujeitos que interagem nesse contexto. (FRANÇA, 2016, p.38)

De maneira geral todos concordam que a educação especial não possui amparo e os investimentos necessários, deixando a desejar no apoio que é preciso ter de diferentes áreas e vertentes, mesmo que tenha melhorado muito se comparado com o passado ainda é preciso melhorar em muitos aspectos, seja em capacitações de profissionais, principalmente professores, como também nos recursos que esses estudantes precisam para que possam atingir os resultados e as melhorias que temos como objetivo.

A educação pode se constituir em um instrumento da práxis revolucionária, e nesse contexto, o professor tem um papel fundamental de forma a criar as condições de uma leitura da vida social, considerando, sobretudo, suas determinações econômicas e políticas. Mas, para isso, esse professor necessita de uma formação consistente, que lhe permita não apenas o domínio dessa leitura sobre o real, mas também dos conhecimentos e dos meios apropriados aos processos de ensino e de aprendizagem no espaço escolar. (VICTOR; OLIVEIRA, 2017, p. 45)

Considerando que os entrevistados fazem parte do sistema público encontramos um ambiente positivamente adaptado aos estudantes, mesmo que o ambiente sempre tenha o que melhorar, principalmente considerando as evoluções tecnológicas que nosso mundo vive, o sistema público de ensino tem sido um ambiente

Revista Gepesvida

que serve de referência para que muitos outros locais possam se espelhar e considerar como referência, sendo assim um modelo para outras instituições que por vezes deixam de considerar a inclusão como prioridade ou simplesmente um direito dos estudantes com deficiência.

Levando em conta que a educação especial é uma área muito ampla devido a variedade de deficiências e suas especificidades, é interessante não só trazer conteúdos voltados às deficiências mais comuns e que constantemente nos deparamos, mas principalmente, estágios nessa área para que, principalmente, possamos ter a experiência de ter a prática, visto que seria praticamente impossível trazer o conhecimento sobre cada abordagem e métodos específicos para cada especificidade. Mesmo que o profissional não tenha o conhecimento sobre cada deficiência e sobre como lidar com cada uma delas, na prática é possível ter uma breve ideia sobre como conseguir adequar métodos de ensino e principalmente adaptar sua prática pedagógica com ensinamentos e recursos mais voltados a diferentes tipos de necessidades.

No caso da formação inicial do professor de ensino comum, seria importante sensibilizá-lo para o fato de que deverá receber alunos com necessidades diversificadas e prepará-lo, o professor, para atuar colaborativamente. No caso do professor do ensino especial, a formação inicial tradicional que o prepara para atuar diretamente com o aluno deve ser expandida para prepará-lo também para trabalhar indiretamente, ou seja, para com mediadores (outros professores, pais e profissionais) e em equipes de ensino. (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014, p.66)

Indiscutivelmente o curso de pedagogia deixa a desejar quanto a prática pela falta do estágio em sua maioria, sendo que todos os entrevistados não possuíram um estágio na área de educação especial e que obtiveram experiência e prática apenas no dia a dia do trabalho na própria área. Um estágio faria total diferença nesta área não somente pela experiência e prática, mas também para deixar claro a esse profissional se este é mesmo o ramo que ele quer seguir e se aprofundar, afinal a educação especial é uma área que exige não somente estudos e dedicação, mas também diferentes tipos de aptidões que o docente precisa não somente adquirir como também lapidar ao longo de sua jornada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a formação em pedagogia não consegue suprir todas as necessidades que o professor possui em sala foi perceptível como a formação continuada tem sua importância, sendo imprescindível para que esse docente consiga lidar da maneira não só correta como adequada com o estudante, deixando de ser apenas um cuidador para se tornar alguém que realmente faça diferença no desenvolvimento desse estudante.

Sendo assim, a formação em pedagogia por si só não é o suficiente para que o professor possa atuar com propriedade na Educação Especial, sendo necessários cursos e capacitações para tornar o conhecimento deste mais amplo e, assim, conseguir dar o apoio que o estudante com deficiência precisa, não só com intencionalidade, mas com embasamento em teorias e práticas que sejam “seguras” e comprovadas.

A Educação Especial precisa de uma atenção a mais, e por meio do questionário realizado com os participantes foi possível comprovar como uma simples graduação não consegue contemplar toda essa necessidade, então se torna perceptível que a formação continuada deixa de ser uma opção para se tornar uma necessidade, tanto para o professor quanto para o estudante, primeiro para que o docente possa ter a base que precisa para elaborar sua prática e por segundo para que esse tenha o desenvolvimento e atenção que precisa, sem deixar quaisquer necessidade de lado e que a inclusão consiga acontecer da maneira ideal.

Por meio da pesquisa bibliográfica e do questionário realizado foi possível coletar informações e, principalmente, questionar com fundamentos o que falta e é preciso para que uma formação pedagógica possa realmente contemplar as especificidades para se trabalhar com a Educação Especial dando atenção as peculiaridades dos estudantes e também trazer amparo aos profissionais que lidam com esse público.

A Educação Especial vem ganhando espaço e importância cada vez maior no nosso país, mas além do desenvolvimento e adaptação de ambientes para que as pessoas possam todas se sentir incluídas também precisamos de uma formação adequada para conseguir lidar não só com essa evolução, mas também para conseguir adaptar as práticas docentes para tal. Desta forma, vimos que uma formação de qualidade e pensada nesse público deixa de ser algo para simplesmente agregar conhecimento, e sim

Revista Gepesvida

para atender a necessidade de um público que precisa muito de amparo e mudanças na maneira como lidar com essas evoluções. Garcia, por exemplo, nos fala de um processo de inclusão que acontece gradualmente, então podemos pensar na educação. Também de forma gradual, em que o profissional precise sempre buscar por evoluir e complementar sua forma de trabalho seja por meio de instrumentos ou buscando novas formações e conhecimentos que agreguem novas formas de trabalhar e alcançar seus estudantes.

Ficou perceptível que a Educação Especial exige não só um esforço a mais como também à vontade para procurar sempre por se aperfeiçoar, mas esse é um papel fundamental para o professor independente da área ou vertente que ele decida seguir, então não é preciso ver essa formação continuada como uma obrigação ou requisito para seguir com o seu trabalho, e sim como um benefício para agregar no seu conhecimento e prática.

Então é preciso sim dar continuidade aos estudos e seguir em frente com sua formação para se obter resultados bons e, por muitas vezes, melhor que o esperado, trazendo um futuro não só de inclusão, mas de melhorias para esses estudantes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elis Milena Veiga Moreira de. **A inclusão e a Educação Infantil: Uma proposta que se materializa?** Universidade Estadual de Maringá. 2017. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2017/2017%20-%20Elis%20Milena.pdf> Acesso em: 14 de Junho de 2021

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil.** Educ. Pesqui. , São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022019000100407&lng=en&nrm=iso Acesso em 13 Abril de 2021.

BUENO, J. G. S. **A Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade.** São Paulo: EDUC, 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira; MARIN, Alda Junqueira. **Crianças com necessidades educativas especiais, a política educacional e a formação de professores: dez anos depois.** 2011.

BRASIL. CNE. CEB. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**, que institui diretrizes

Revista Gepesvida

operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

BRASIL. **Decreto** nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 13/2009, aprovado em 3 de junho de 2009 - Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.

COSTA, V. A da; LEME, E. S. **Educação inclusiva no Brasil:** aspectos políticos, sociais e humanos. In: COSTA, V. A. da; SEGURA, R.V. (Orgs.). Educação inclusiva na América Latina: políticas, pesquisas e experiências. Niterói: Intertexto, 2016.

COSTA, V. A.; LEME, E. S. **Políticas públicas de educação inclusiva e formação docente:** experiências no Brasil e México. In: MIRANDA, T.G. (Org.) Práticas de inclusão escolar: um diálogo multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2016.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. **Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física:** identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 20, n. 3, p. 387-404, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/ND8hHt9gKnHDTZwMdyns3JG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. **As complexas tramas da Inclusão Escolar:** O trabalho do Professor de Educação Especial. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 52ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2015. 144 p.

GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva **inclusiva e a formação docente no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, jan. - mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4cwH7NndqZDYRSjCjmDkWWJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

Revista Gepesvida

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MANTOAN, M. T. E. Educação inclusiva: orientações pedagógicas. In: BRASIL. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas.** Brasília: SEESP/MEC, 2007.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Rose Mary Fraga. **Conhecimentos e concepções de professores acerca do processo de alfabetização da criança com deficiência intelectual.** Universidade Federal do Estado do Espírito. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8543/1/tese_12306_ROSE%20MARY%20FRAGA%20PEREIRA%20TESE%20FINAL.pdf Acesso em: 14 de Junho de 2021.

REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica Magalhães. Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 276-307, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3989/3576>. Acesso em: 02 NOV DE 2021.

SCUSSEL. Denise Rodovalho. **AS INTER-RELAÇÕES DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.** Uberlândia. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24462> Acesso em: 21 jun de 2021.

SILVA, Marcelo Oliveira da. **Educação inclusiva: um estudo de caso em uma escola de educação infantil de porto alegre.** Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6956/2/TES_MARCELO_OLIVEIRA_DA_SILVA_COMPLETO.pdf Acesso em: 14 de Junho de 2021.

SILVA, Márcia Rodrigues da. **A formação dos professores de atendimento educacional especializado de Goiás.** Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3488> Acesso em 24 out. 2021.

SIMAO, Valdirene Stiegler. **Experiências de formação docente na educação especial: significações e ressignificações.** Universidade do Vale do Itajaí. 2017. Disponível em: <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/152/Valdirene%20Stiegler%20Sim%20C3%A3o.pdf> Acesso em: 14 de Junho de 2021.

TELES, Denise Rodovalho Scussel. **As inter-relações do trabalho pedagógico e a deficiência intelectual.** Universidade Federal de Uberlândia. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/24462/3/Inter-rela%20c3%a7%20c3%b5esTrabalhoPedag%20c3%b3gico.pdf> Acesso em: 14 de Junho de

Revista Gepesvida

2021.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

Recebido em 23 de agosto de 2021

Aceito em 01 de dezembro de 2021